



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 114

SEXTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 199ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Campanha lançada pela sociedade Harmonia Ambiental, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADO DJALMA BESSA — Protocolos assinados pelo Senhor Presidente da República e representantes da indústria de cimento e de carvão e da automotiva.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

— Prejudicialidade, por decurso de prazo, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12 e 19, de 1979.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1979, que altera a redação dos artigos 101 e 102, da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, após parecer da Comissão Mista e usar da palavra na sua discussão o Sr. Deputado Milton Brandão, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 200ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Reivindicações de S. Exª para o setor de transportes rodovial, do Estado do Piauí.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Violência física praticada contra jornalista em Belo Horizonte, quando da visita do Presidente João

Figueiredo àquela cidade. Cassação da credencial do jornal *Cinco de Março*, de Goiânia, pela Assembleia Legislativa goiana.

DEPUTADO WALTER SILVA — Solicitando providências em favor de fornecedores de cana do norte fluminense.

DEPUTADO JÚLIO CAMPOS — Movimento da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso, de defesa da classe tendo em vista a criação de cursos paralelos na área agrônômica.

DEPUTADO EDSON VIDIGAL — Considerações sobre a realidade político-sócio-econômica do Estado do Maranhão, face as proporções assumidas por movimento reivindicatório estudantil, ocorrido na cidade de São Luís.

DEPUTADO GERALDO GUEDES — Combate à inflação brasileira, através de medidas propostas de pronto e imediato alcance. Manifestação contrária à prorrogação dos mandatos de prefeitos municipais.

DEPUTADO ALDO FAGUNDES — Considerações relativas aos movimentos classistas, reivindicatórios por melhoria salarial, surgidas no País, particularmente o dos bancários do Rio Grande do Sul.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 13, de 1979-CN, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. **Votação adiada**, por falta de *quorum*.

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1977 (nº 350/75, na origem), que dá nova redação ao § 2º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata do empregado eleito para o cargo de administração sindical ou representação profissional. **Votação adiada**, por falta de *quorum*.

2.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 199ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GABRIEL HERMES

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Helvidio Nunes

José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Pei-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

xoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Burbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edson Vidigal — ARENA; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Heickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Mauro Sampaio — ARENA; Os-
sian Araripe — ARENA; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulício Domingues — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldino Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA; Vasco Neto — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Cumata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraz — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Celso Pecanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dado Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Fe-

lippe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Hercúlio — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira da Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Roman Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Silvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Gaubiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baidacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Glória Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novais — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Mululy Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iram Saraiva — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Alvaro Dias — MDB; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macêdo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luis Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Elmar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Roraima

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 400 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Congressistas:

O Brasil está perdendo o seu verde. Talvez, num futuro não muito longínquo, tenhamos que excluir de nossa bandeira o verde tirado de nossas matas.

Na Amazônia, por empresa, mais de 50 mil árvores são abatidas. No Rio de Janeiro, o meu Estado, na cidade do Rio de Janeiro, cada vez diminui a área verde, em face da especulação imobiliária, podemos dizer, incentivada por determinadas autoridades públicas.

Por isso mesmo, o povo brasileiro está se organizando através de diversas entidades de preservação da natureza. E uma delas com características bem típicas, porque vê o homem como peça de um sistema, vê o homem integralmente inserido na natureza e a natureza integrando o *habitat*, é a Harmonia Ambiental, que é um movimento por uma sociedade ecológica e cita no seu panfleto: "A terra não pertence ao homem, o homem é que pertence à terra", do Cacique Seattle, a célebre carta do índio americano ao Presidente dos Estados Unidos.

Quero, Sr. Presidente, fazer constar dos Anais desta Casa a introdução lançada pela entidade Harmonia Ambiental, com sede no Rio de Janeiro,

que é uma entidade que luta pela preservação da natureza, nesta hora em que estamos perdendo dia a dia o verde de nossa Pátria:

UMA NOVA CULTURA

Nenhuma sociedade pode sobreviver se não tem asseguradas as bases materiais de sua existência. Não podemos fechar os olhos para esse fato. Todos os elementos fundamentais para a vida humana, a começar pelos alimentos, pelo oxigênio e pelas diversas matérias-primas utilizadas para habitação e vestuário nos vêm de uma fonte única: O MEIO AMBIENTE.

Essa fonte não é inesgotável, nem indestrutível. Ela é fruto de uma lenta evolução natural, que gradualmente foi forjando seus equilíbrios e dando origem a inúmeras formas de vida, das quais o homem é apenas uma delas. A sobrevivência do homem está condicionada à sobrevivência do ambiente.

A sociedade atual enfrenta inúmeros problemas. Não queremos colocar a questão da destruição do ambiente como o problema único. Mas queremos, sem dúvida, contribuir para o reconhecimento desta questão como um problema prioritário. Nenhum dos problemas da sociedade atual pode ser resolvido de forma profunda sem levar em conta a preservação do ambiente agora e no futuro.

HARMONIA AMBIENTAL é um grupo de indivíduos independentes interessados em participar na resolução de nossos problemas atuais dentro de uma visão realista e ampla. Não entendemos Ecologia como mais uma ciência acadêmica, mas sim como uma nova cultura, uma nova visão das coisas, que deve orientar os diversos ramos da atividade humana segundo um novo enfoque: sintético, globalizante, democrático, não individualista e não destrutivo.

Precisamos inventar alternativas sociais e culturais para a sociedade atual. Precisamos de uma nova tecnologia, de uma nova educação, de novos padrões econômicos e culturais, baseados em novas premissas libertadoras e ecologicamente equilibradas.

Se queremos realmente preservar o futuro, a cada dia que passa as alternativas deixam de ser "alternativas" e passam a ser soluções únicas.

Não podemos nos perder em discussões estereis; as utopias estão sendo dadas; temos de agir; o nosso compromisso é com a VIDA.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Senhor Presidente da República, João Baptista Figueiredo proclamou, ontem, à Nação: "O Brasil não vai parar". Esta lúcida e otimista proclamação foi proferida do Palácio do Planalto, com a presença de cerca de 300 empresários, pois naquele instante estavam sendo assinados dois protocolos do maior interesse nacional.

Um, entre o Governo e a indústria de cimento e de carvão. Este protocolo vai proporcionar uma economia sensível de óleo diesel, porque a indústria cimenteira passará a utilizar o carvão nacional.

O Brasil tem uma das maiores reservas de carvão, e este carvão está sendo explorado, porque, pela elevação dos preços do petróleo vale a exploração do carvão que, cada vez mais, está sendo projetado e alcança maior nível de procura para concorrer com o petróleo.

O outro protocolo, foi assinado entre o Governo e as indústrias automotivas, que objetiva a fabricação de 900 mil carros a álcool até 1982. Esses carros vão exigir uma maior produção de álcool para conter a importação do petróleo para fabricação de gasolina.

E, também, um documento da maior valia, porque dentro da política que o Governo se traçou de ir substituindo, cada vez mais, o petróleo pelas fontes alternativas de energia nacionais.

E evidente que a produção do álcool vai ensejar uma maior extensão para mais plantio da cana-de-açúcar, que é uma atividade que exige uma participação da mão-de-obra muito acentuada, providência altamente necessária para proporcionar mais emprego aos brasileiros.

Esses protocolos, evidente, que não encerram a providência que o Governo vem adotando, cada vez mais, na busca de fonte de energia nacional.

E oportuno uma palavra de louvor ao Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves, que, na Presidência do Conselho Nacional de Energia, tem desenvolvido todo o esforço para que, em curto tempo, se alcance os maiores resultados.

E pois, objetivando registrar nos Anais do Congresso Nacional, uma providência histórica e patriótica que o Governo acaba de adotar que ocupa a tribuna, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje às 19 horas, neste plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

I

Votação da parte vetada do Projeto de Lei nº 13, de 1979-CN, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.

II

Votação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1977 (nº 350/75, na origem), que dá nova redação ao § 2º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata do empregado eleito para o cargo de administração sindical ou representação profissional, vetado em sua totalidade pelo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Esgotou-se no dia 19 de setembro corrente o prazo de tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12 e 19, de 1979.

Esciarecendo que as matérias constaram da Ordem do Dia em duas sessões sem que houvesse deliberação por falta de *quorum*, a Presidência, nos termos dos artigos 48 da Constituição e 84 do Regimento Comum, declara prejudicadas as propostas, determinando a remessa dos respectivos processos ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1979, que altera a redação dos artigos 101 e 102, da Constituição Federal,

Dependendo de Parecer da Comissão Mista.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Antônio Dias para proferir o parecer pelo órgão técnico.

O SR. ANTONIO DIAS (ARENA — MG. Para proferir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Procurando atender a uma reivindicação do funcionalismo público federal que se manifesta, insistentemente, desde o império da Constituição de 1946, no sentido da antecipação da aposentadoria, a Proposta de Emenda à Constituição sob nosso exame, de autoria do ilustre Deputado Joel Ferreira, visa a permiti-la, em caráter voluntário, depois de dez anos de serviço, com vencimentos proporcionais e, com vencimentos integrais quando o homem contar trinta anos e a mulher vinte e cinco anos de serviço.

Para esse fim, a Proposta altera a redação do item III do artigo 101 e a letra a e o item II do art. 102 da Constituição em vigor.

Justificando a redução da idade para a aposentadoria voluntária, alega o autor que "a vida média do cidadão brasileiro é bastante baixa", restando à reduzida minoria do funcionalismo fruir os benefícios da inatividade "na plenitude do vigor físico e mental", uma vez que, na melhor das hipóteses, só adquire esse direito aos cinquenta e três anos; que a atividade burocrática desgasta mais, "física e mentalmente", que a de "qualquer trabalhador comum"; que, "no âmbito da atividade privada a aposentadoria voluntária pode ser alcançada após trinta anos de serviço, embora os proventos não sejam integrais, senão à base de 80%"; finalmente, que essa reivindicação "já encontrou a necessária ressonância em todos os setores da administração pública".

O argumento de ordem jurídica assoma na comparação com os empregados da iniciativa privada, mas, no particular, o próprio Autor lembra que os proventos não são integrais, mas à base de 80%, nos termos do art. 10, da Lei nº 5.890, de 1973.

Conseqüentemente, não há analogia. E, quando se procura impor o paradigma de uma ao de outra condição empregatícia, deve-se atentar que as situações e as soluções se apresentem rigorosamente assemelhadas.

Mas a proposta não estabelece aquele percentual para a aposentadoria voluntária por tempo de serviço, lembrando-se da proporcionalidade apenas quando se trata de dez anos de serviço, o que não encontra paralelo na sistemática trabalhista.

Donde se conclui que o argumento encontrado termina por invalidar a tese sustentada.

Finalmente, refere-se o Autor à "necessidade de renovação dos quadros funcionais do serviço público" e ao estímulo do servidor, "abrindo-lhe maior terreno para a ascensão a postos de carreira".

Quanto à primeira alegação, forçoso reconhecer que a aposentadoria precoce — o caso dos ex-pracinhas, por exemplo — não afasta o inativo do serviço público, para o qual é contratado, por sua experiência, pelo regime da CLT ou para o exercício de cargo de confiança, somando duas retribuições, enquanto o Estado paga a seu substituto e torna-se mais restrito o mercado de trabalho, ante a concorrência dos aposentados.

Mesmo que pretendêssemos aceitar a tese da antecipação da aposentadoria voluntária para os trinta e os vinte e cinco anos de serviço, inaceitável — nem a temos visto reivindicada insistentemente, como a primeira — pois não encontra paralelo em nenhum sistema empregatício, mesmo o da CLT tendo ocorrido figura assemelhada, no regime constitucional anterior, com os servidores militares, essa mesma revogada, pela sua inconveniência.

Como não cabe mais a apresentação de emenda à proposta — a essa altura intempestiva, encerrado o prazo pertinente a 14 de junho — nem se pode aprovar parcialmente uma proposição legislativa, sem aquela providência prévia — tendo-se que rejeitar a parte, rejeita-se, necessariamente o todo.

Se, no entanto, apresenta-se inconveniente e até contrário ao princípio da isonomia salarial, implicitamente invocado pelo ilustre Autor, o permissivo da aposentadoria proporcional decorrido o decênio, também há reparos à antecipação, para os trinta e vinte e cinco anos, do pedido voluntário de afastamento do serviço público, com vencimentos integrais.

Talvez, em outra oportunidade, quando a Nação atravessava a invejável quadra econômico-financeira batizada de "milagre brasileiro", fosse possível essa benemerência do Estado. Pensamos que a humanidade marcha, gradativamente, para uma era em que o acesso ao trabalho seja um privilégio em si mesmo, não uma necessidade, pelo salário que representa. Mas, por enquanto, no caso brasileiro, a Nação está a exigir um esforço maior de todos e cada um, para superar a espiral inflacionária, os *deficits* no balanço de pagamentos e outros efeitos terrivelmente danosos da crise energética mundial.

Há países, como a Suécia, que aposentam todos os cidadãos aos sessenta anos; outros que podem instituir o seguro desemprego; como há aqueles onde não se conhece a aposentadoria compulsória, por limite de idade. Cada solução dependerá, sempre, das disponibilidades efetivas do Erário.

Temos, na vizinha nação uruguaia, um exemplo da situação a que pode conduzir o excesso de despesas com o funcionalismo inativo: aquele país quase foi lançado ao caos, minado pela inflação, há cerca de quinze anos, porque mais de dois terços do seu Orçamento se destinavam ao funcionalismo.

Ora, a situação que atravessamos — que pode ser encarada, pelos mais otimistas, como uma fase conjuntural, rapidamente superável — é crítica, sendo inquietante. Por isso mesmo está a exigir de cada um e de todos — dos funcionários públicos, dos trabalhadores assalariados, dos profissionais liberais, dos governantes e governados — um certo estoicismo, enquanto atravessamos esse período de "vacas magras".

Assim, se aceitável toda a justificação do projeto, mesmo sem reparo à concorrência do aposentado precoce no mercado de trabalho, tirando o emprego de outro mais jovem e mais necessitado, a atual situação financeira do País desaconselharia, de todo, essa antecipação, uma vez que milhares de servidores procurariam beneficiar-se dela, enquanto o Erário teria que pagar ao seu substituto, além dos proventos da sua aposentadoria.

Ademais, o que merece maior reparo, no texto constitucional, é a diferença de idade para a aposentadoria de homens e mulheres, quando estas já reclamam, no País, plena igualdade de direitos e um princípio geral da Carta condena o tratamento desigual por motivo de sexo (art. 153, § 1º).

Assim, se há o que emendar no texto constitucional, não se podem esquecer os conselhos da conveniência e da oportunidade. Na atual conjuntura financeira, os ônus criados pela antecipação da aposentadoria do funcionalis-

mo público federal repercutiriam imediata e vigorosamente nas despesas públicas, sendo de salientar que a proposta orçamentária para o próximo exercício já prevê um aumento de setenta por cento nas dotações destinadas ao aparelho burocrático, dificilmente havendo disponibilidades para o pagamento das despesas imediatamente resultantes da aprovação da Proposta sob nosso exame.

Compreendemos, perfeitamente, as razões suscitadas, na Justificação; mas, sobre não apresentarem, *data venia*, motivação suficiente para a sua aceitação por todos, a ponto de eliminar aqueles reparos que, no mérito, lhe fizemos, sua aprovação se apresenta de todo inconveniente na dura e desafiadora situação econômico-financeira que o País atravessa.

Assim, concluímos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1979.

É o meu parecer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — O parecer conclui pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1979.

Em discussão a proposta.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (ARENA — PI. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

No que pesem as considerações do ilustre Relator, Deputado Antônio Dias, sobre a Emenda à Constituição nº 21/79, de autoria do Deputado Joel Ferreira, nós entendemos que na atual situação em que vivemos, os perigos de vida que são oferecidos a todos nós, às populações, a todos os habitantes deste País e do mundo inteiro, por certo, há justificação para que se reduza o prazo de aposentadoria para os funcionários.

De acordo com a emenda o que se pretende é reduzir o tempo para a aposentadoria por invalidez, compulsoriamente aos 70 anos de idade, ou voluntariamente após 10 anos de serviço.

Art. 102 da Constituição Federal:

"Art. 102. Os proventos da aposentadoria serão:

1 — integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta anos de serviço, se do sexo masculino, ou vinte e cinco anos de serviço, se do feminino; ou

b) se invalidar por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário aposentar-se voluntariamente, consoante o disposto no item III do artigo anterior."

Sr. Presidente, sabemos que esta emenda não terá oportunidade de ser aprovada. Entretanto, a idéia do seu autor entendemos ser de justiça porquanto hoje ninguém pode admitir, como média de vida, muitos anos, a fim de que possamos atingir a 35 anos para aposentadoria para os funcionários do sexo masculino e 30 anos para os funcionários do sexo feminino.

De modo, Sr. Presidente, que se impõe esta medida, se impõe esta providência. Se ela desta vez não lograr êxito, já a esta altura, não se poderá oferecer emendas de modo a reduzir, a modificar a orientação traçada pelo autor da emenda ou o parecer do ilustre Relator. Mas, pelo menos, Sr. Presidente, fica a idéia, fica o pensamento, fica a vontade, fica o desejo, fica expresso aqui, por um dos representantes desta Casa, a realidade de que é preciso que o assunto seja estudado convenientemente e a Constituição, neste ponto, alterada para que se possa melhorar o prazo de aposentadoria para o funcionalismo. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Continua em discussão a proposta.

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

A proposta de emenda à Constituição exige *quorum* qualificado para deliberação.

Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 26 minutos.)

ATA DA 200ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GABRIEL HERMES

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Pedro Pedrossian — Afonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nêlio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edson Vidigal — ARENA; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Heickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Morais — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Lorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Mauro Sampaio — ARENA; Osian Araripe — ARENA; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA; Vasco Neto — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA.

NA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Hercúlio — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira da Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Roman Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Silvío Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Gaubiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Glória Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novae — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iram Saraiva — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Alvaro Dias — MDB; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macêdo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Arténir Werner — ARENA; Ernesto Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Men-

des de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 400 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (ARENA — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje, no Pequeno Expediente da Sessão da Câmara dos Deputados, transmitimos um apelo ao Ministério dos Transportes no sentido de que seja realizada a desobstrução do rio Parnaíba e, também, concluída a construção das eclusas daquele mesmo rio para dar oportunidade à navegação, num curso de 1.300 quilômetros, de modo que toda aquela produção da região do Nordeste Ocidental dos Estados do Piauí e Maranhão, num trecho de 1.300 quilômetros, possa alcançar o Atlântico pelo Porto de Luiz Correia, no meu Estado.

Seria medida de alto alcance para a economia do País, para a economia de divisas e para o equilíbrio da nossa balança comercial. É uma partícula apenas, mas são essas partículas somadas que diminuem os déficits da Nação.

Por outro lado, nós ainda nos reportamos a pequeno trecho de rodovias que não foi completado, concluído, continuado. Referimo-nos à BR-20, no traçado Barreiras — São Raimundo Nonato, e ainda apontamos a necessidade de uma ponte às margens da cidade de Itainópolis, sobre o Rio Itaim. De Picos a Itainópolis a rodovia é encascalhada mas os transportes não podem alcançar Itainópolis por falta de uma ponte sobre aquele rio.

Ainda pedimos que o traçado da BR-407 tivesse o seu prosseguimento com pavimentação para atingir a cidade de Bocaina. É um pequeno trecho. A rodovia Picos — Bocaina foi implantada a partir de 1960 e tem uma movimentação de tráfego considerável e já forma quase que uma rua entre as cidades de Bocaina e a de Picos. De modo que se impõe essa providência por parte das autoridades do Ministério dos Transportes.

Prosseguindo com esta rodovia, nós apontávamos Pimenteiras, São Miguel do Tapuio e a continuação da rodovia para alcançar Castelo e, em seguida, a BR-404, no Município de Pedro II. Referimo-nos, também, a um trecho da BR-235, entre Remanso, Caracol e Bom Jesus, no Piauí.

Falávamos, ainda, a respeito de outras obras necessárias ao desenvolvimento daquela área. Mas, Sr. Presidente, o que tivemos observado é que os nossos apelos aos técnicos não são ouvidos. Eles não têm a sensibilidade suficiente para nos atender. É que, certamente, acham que nós somos políticos e que precisamos de votos e de reeleição e não merecemos esses votos e essas reeleições. De modo que não nos atendem. Mas quero dizer a eles que nós estamos lutando por isso há muitos anos e não abrimos mão dessa luta. Nós iremos às últimas atitudes, se se fizer necessário, para alcançarmos nosso objetivo. E o que nós queremos dizer, com coragem moral, com coragem cívica, é que acreditamos no Comandante e Chefe desta Nação, no Governo do Presidente João Baptista de Figueiredo e, por isso mesmo, o temos aplaudido desta tribuna. Esperamos que Sua Excelência tome conhecimento de nossas palavras e que encaminhe as providências das Lideranças do Estado em favor

das populações que precisam, justa e principalmente, da sensibilidade dos homens públicos deste País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas:

Quando da visita do General João Baptista Figueiredo à Bahia, no ano passado, para participar de um comício político da ARENA, um jornalista foi notificado por uma generalíssima mas violenta cotovelada do então "candidato" à presidência da República. Em consequência da truculenta cotovelada do presidente de honra do que era "o maior partido político do ocidente", o infeliz jornalista teve de ser hospitalizado, fato que gerou compreensível revolta nos profissionais de imprensa do meu Estado que, dessa forma, não têm qualquer segurança em ocasiões como aquela.

Agora, ao visitar a cidade de Belo Horizonte, se os jornalistas não foram atingidos pelas presidenciais cotoveladas, nem por isso a imprensa deixou de ser agredida.

Desta vez as cotoveladas ficaram a cargo da truculência dos brutamontes que desempenham a "nobre" missão de garantir a segurança do presidente.

Com efeito, uma jornalista, em adiantado estado de gravidez, abortou, após sofrer violenta cotovelada de um dos "segurança" do presidente. Não é preciso salientar o medo que as visitas presidenciais estão gerando no seio da imprensa.

Por isso, tão logo o presidente ameaçou nova visita à Bahia, nos próximos dias, os jornalistas baianos estão discutindo as medidas a serem exigidas de seus respectivos jornais, para que possam cobrir a visita presidencial.

Sem que tenham assegurada a sua integridade física, nem os jornalistas nem os repórteres fotográficos irão dar cobertura de imprensa à comitiva. Não creio, por exemplo, que aceitem seguro de vida, como fazem os jogadores de futebol quando têm que jogar sem contrato. E que o vale-tudo da comitiva presidencial tem sido mais violento que as mais violentas partidas de futebol!

Assim, os jornalistas provavelmente vão exigir garantias físicas de suas redações, para poderem desempenhar a arriscada tarefa de cobrir as viagens ou aparições presidenciais.

Que não haja repressão aos jornalistas, se optarem pela não cobertura da viagem!

Que não se queira, amanhã, despedir os que se recusarem a expor a vida nessas ocasiões de costumeira violência!

E lamentável, Srs. Congressistas, que a imprensa, que vem sofrendo censura, tortura e assassinatos, continue a sofrer violências físicas praticadas pela própria "comitiva" presidencial.

Igualmente, é lamentável o comportamento da presidência da Assembleia Legislativa de Goiás, que cassou a credencial do jornal *Cinco de Março*, de Goiânia, porque a publicação vinha denunciando o envolvimento de arenistas na grilagem de terras no norte de Goiás.

Como diria o Deputado Marcello Cerqueira, o regime deseja apenas o lema: Corrupção e Firmsa! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Com a palavra o nobre Deputado Walter Silva.

O SR. WALTER SILVA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O norte do Estado do Rio de Janeiro está sofrendo um processo de estagnação econômica, com sérios reflexos na vida social daquela região.

O problema se agravou de tal forma, que os fornecedores de cana daquela região, somando hoje mais de dez mil e quinhentos, estão a ponto de decretar uma greve, ou mais precisamente, de decretar um *lock-out* e não fornecerem canas às usinas de açúcar da região.

Sr. Presidente, é que há meses, e em alguns casos, quinzenas, os usineiros não pagam o preço do fornecimento da cana, criando um problema sério para aqueles lavradores, cerca de nove mil, na sua grande maioria, pequenos, pequeníssimos fornecedores de cana. Pequenos proprietários rurais que se vêem, assim, a braços com um problema muito sério porque não têm dinheiro para pagar os seus empregados, os trabalhadores rurais cortadores de cana; não têm dinheiro para pagar aos postos de gasolina o fornecimento de óleo e gasolina, não têm dinheiro para cumprir com as suas obrigações sociais. Estão portanto, Sr. Presidente sofrendo um sério processo de esvaziamento financeiro e econômico.

Esta situação já foi denunciada reiteradas vezes ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, autarquia criada exatamente para dirigir a econo-

mia agroindustrial e açucareira no País, também ao Ministro da Indústria e do Comércio a mesma denúncia já foi feita, e até mesmo ao Senhor Presidente da República memoriais foram dirigidos.

A cooperativa local dos plantadores de cana, assim como a cooperativa de crédito já tiveram oportunidade de levar às autoridades superiores o conhecimento dessa situação, que não pode continuar.

Há poucos dias, os fornecedores da Usina de Carapebus, situada no Município de Macaé, tiveram que paralisar a entrega de cana para que a usina local pusesse em dia esses pagamentos.

Resta, Sr. Presidente, esta última arma, a arma do *lock-out*. Não diria a arma da greve, porque em se tratando de pequenos proprietários, portanto, de uma categoria econômica, não seria apropriado falar-se em greve; a figura que se nos apresenta é a do *lock-out*. Mas veja V. Ex^a até que ponto fomos levados, neste País, por um modelo econômico inteiramente contrário àquilo que realmente é importante fazer, isto é, a melhor distribuição da renda nacional, esse modelo econômico nos levou a uma concentração. O poder, o domínio dos usineiros é de tal ordem que conseguem junto aos bancos oficiais, ao Banco do Brasil, crédito fartamente. Mesmo assim não pagam as seus fornecedores de cana, como também reiteradas vezes — agora mesmo estão em atraso — não pagam os próprios trabalhadores rurais, cortadores de cana, plantadores etc.

O problema se afigura grave. Hoje, pela manhã, na sessão da Câmara dos Deputados, fizemos um alerta, pedimos desta tribuna providências até mesmo do Senhor Presidente da República para que determine alguma medida urgente fora da burocracia oficial, determinando por exemplo, que o Banco do Brasil financie a Cooperativa de Crédito, com sede no município de Campos, no norte do Estado do Rio, e que congrega todos os fornecedores daquela região e essa cooperativa faria o repasse aos fornecedores de cana até que eles pudessem receber das usinas.

Sr. Presidente, o certo é que se nenhuma medida for tomada, um quisto social muito grave estará instalado naquela região do norte do Rio de Janeiro.

Este nosso pronunciamento serve de alerta, serve de denúncia, de protesto e sobretudo serve como um pedido de providência urgente e angustiada porque para tantos fomos solicitados por aqueles fornecedores de cana, pequenos proprietários em grande número de uma vasta e importante região do País.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os agrônomos de todo o País realizaram, dia 12 último, um protesto nacional contra a pulverização da profissão. Em Cuiabá, Capital do meu Estado, os Engenheiros-Agrônomos espalharam faixas pelas ruas da cidade defendendo a sua profissão, que está ameaçada pelos inúmeros cursos paralelos que estão surgindo a cada dia.

Segundo o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso, Eucário Antunes Queiroz, os profissionais da área da Agronomia estão contestando a atual política do Governo, no que diz respeito à criação de cursos paralelos dentro da área, visto que tal medida não condiz com a realidade brasileira quanto à demanda de profissionais. Para Eucário Queiroz, isso vem causando insatisfação em um grande número de profissionais de nível superior, uma vez que não encontram mercado de trabalho. Por outro lado, provoca a formação de profissionais não qualificados para a prestação de serviço de boa qualidade, dada as deficiências das escolas que não possuem uma infra-estrutura suficiente para que possam proporcionar cursos de boa qualidade. Ressaltou, ainda, que o que se observa é uma improvisação tanto na criação de escolas, quanto na formação de profissionais.

O Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso, Eucário Queiroz, disse ainda que, além do protesto, os profissionais da agronomia estão sugerindo que as universidades, ao invés de pulverizarem os cursos e a profissão, estruturarem-se e proporcionem cursos e profissionais de boa qualidade, mesmo em detrimento do número, uma vez que não existe mercado de trabalho na atual conjuntura, para absorção de toda essa mão-de-obra. Disse ainda que a AEAMT — Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso — não poderia deixar de participar desse movimento assim como está se estruturando para, em conjunto com as demais Associações de outros Estados, poder cada vez mais combater essa situação, assim como, poder colaborar com o Governo e com as universidades, no que diz respeito à reestruturação da formação de profissionais na área agrônoma.

Apoio Estudantil

Os estudantes de Agronomia, da Universidade Federal de Mato Grosso, também lançaram neste dia um manifesto a respeito do assunto, e que diz o seguinte: Neste momento difícil, onde o povo vem sofrendo consequências de um governo dilatório e duvidoso, a classe agrônoma, estudantes e profissionais, estão ameaçados pela pulverização da profissão, com a criação de vários cursos paralelos, que retiram nossas atribuições.

Cursos estes: Engenharia Florestal, retirando a silvicultura; Agrimensura, retirando boa parte da topografia; Engenharia de Alimentos, armazenagem; Engenharia Agrícola, construções rurais; Zootécnica, a pecuária; Engenharia de Pesca e mais os tecnólogos (Cooperativismo, Administração Rural, Bovinocultura, etc), totalizando 21 cursos dentro da área agrônoma.

Estas proliferações anárquicas destes cursos tecnológicos, trazidos e copiados dos Estados Unidos, pela CECA (Comissão Especialista em Ciências Agrárias), visando os grandes empreendimentos multinacionais, criados segundo interesses políticos quaisquer, gerando vagas artificiais na universidade, endossando verdadeiros "canudos", iludindo e ocupando o tempo dos estudantes, pois não existe mercado de trabalho. Temos como por exemplo os cursos criados pela própria FUFMAT — Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

Não podemos conceder tamanha desordem no ensino agrário. Além das más condições e qualidade do ensino, o número de escolas de Engenharia Agrônoma sendo criadas sem as mínimas condições e infra-estrutura, soltando os profissionais técnicos teóricos, sem visão crítica da agricultura brasileira.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que quero registrar nos Anais do Congresso Nacional, esta importante campanha levada a efeito por todos os agrônomos de Mato Grosso e de todo o Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Vidigal.

O SR. EDSON VIDIGAL (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Se ainda há alguém interessado em encontrar um termômetro para medir o grau de insatisfação popular neste País hoje, especialmente no Nordeste, basta apenas que se detenha nos acontecimentos recentes do Maranhão. Encontramos ali todas as evidências de uma explosão natural de sentimentos reprimidos.

O Presidente Vargas costumava se referir ao Maranhão como sendo o último, o "carro atolado" da Federação. Nas estatísticas do crescimento nacional estamos já há alguns anos em última posição.

Somos, assim, o primeiro em pobreza, em atraso, em subdesenvolvimento, em retrocesso político. Somos hoje, e não é de hoje, o Povo que está mais a sofrer a violência do desemprego e do custo de vida em nosso País. Quem ganha o salário mínimo no Maranhão é privilegiado e o salário mínimo entre nós não chega para pagar passagens de ônibus quanto mais para comer, vestir e morar.

"Infelizmente, para nós, temos de reconhecer que o nosso Povo tem mais ansiedade de saciar sua fome e de ter um teto, do que saber se os partidos vão se organizar dessa ou daquela maneira. Esta afirmação não é minha, é de quem possui maior autoridade e responsabilidade para fazê-la, é do Presidente da República. E eu a endosso, a subscrevo integralmente. Tem toda razão o General Figueiredo.

Um movimento reivindicatório estudantil por meia passagem de ônibus não tomaria jamais a amplitude que tomou se outros fatos, mais graves, mais profundos, não existissem. As tensões não teriam se multiplicado ao que se viu. Nunca no Maranhão um pequeno movimento cresceu em tão poucas horas e assumiu proporções tamanhas, num desafio aberto à autoridade instituída, num espocar de sentimentos irrefletidos, inconscientes mas bem guardados e reprimidos pela paciência que o nosso Povo sempre teve e pelas esperanças com que os homens públicos lhe têm tanto agitado.

Não podemos dissociar os deploráveis acontecimentos de São Luís dessa dramática realidade sócio-econômica brasileira; desse empobrecimento do nordeste; dessa Federação esvaziada; dessa pobreza de homens públicos na vida pública; dessa falta de eleições diretas; desses problemas todos, enfim, que nos tem preocupado e ao Governo Federal também. Só um grau tão pequeno de educação política pode corresponder a consequências tão irreparáveis.

Chama-nos a atenção a inopinada aliança de estudantes com mendigos e desocupados. Todos são gente e se igualam no sofrimento da mesma miséria, da mesma desesperança, da mesma falta de confiança nos homens públicos e eficácia da administração pública. Por seguidas horas esteve falida a autori-

dade moral da autoridade pública. E o Povo precisa sempre de uma autoridade moral que canalize seus anseios, suas frustrações; que lhe absorva esses sentimentos e o mantenha firme em sua crença nas instituições democráticas. Por seguidas horas, milhares de pessoas, enfrentando a lei, mostraram que não acreditam no Governo. Resistiram aos instrumentos de coerção do Governo.

Nós, homens públicos, especialmente os agregados ao Governo, chegamos ao alto da colina e nos comportamos como se esquecidos das nossas responsabilidades assumidas na planície. Parecemos interessados tão somente em nos manter no alto da colina e não estamos percebendo que, aos poucos, estamos perdendo a nossa autoridade moral e sendo arrastados para uma queda trágica pelos fatos que emergem da planície e que como pedras de estilingue nos agridem. Queremos nos manter no Poder em nome do Povo mas confiando em táticas e estruturas superadas, subestimando o poder aglutinador que tem a miséria, ignorando a realidade latente, numa postura incorrigivelmente paternalista.

Não nos é lícito querer continuar enganando o Povo. Nada de fórmulas ilusórias, de ilusões descabidas, de expectativas exageradas, de autosuficiência e de falta de humildade para ouvir a todos. Precisamos falar a verdade. E precisamos ser competentes ao ponto de readquirir a confiança popular, de modo a podermos, assim, motivar a todos para o esforço responsável da construção. O que está feito em São Luís resulta em prejuízos irreparáveis. É produto do despreparo e da desorientação que, a persistir e a se alastrar, custará muito caro ao nosso desenvolvimento político.

A Nação deve refletir sobre os acontecimentos de São Luís do Maranhão, enquanto há tempo.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No pequeno e rápido recesso que a Semana da Pátria nos proporcionou, muitos de nós aproveitaram para um justo e merecido repouso; outros, para tratar de seus negócios particulares, inclusive alguns até para fazerem *check-up*, porque a saúde lhes estava abalada; outros, para colocar sua correspondência em dia. Eu, que também sou filho de Deus, aproveitei esse recesso e fui para o meu amado Pernambuco, visitar o meu Estado, trocar impressões com meus amigos, saber da sociedade política pernambucana, na verdade, o que está pensando, o que nós devemos fazer nesta hora, como é o comportamento sócio-político de toda aquela região.

Sr. Presidente, dois pensamentos, dois problemas, realmente se oferecem à nossa meditação, como os mais importantes para a nossa reflexão, para a reflexão do Governo, para a solução do Governo. Um é o problema da inflação, inflação que está corroendo as últimas esperanças da economia privada; inflação que está fazendo o custo de vida cada vez mais alto, a ponto de — como agora acentuou o nosso prezado colega Edson Vidigal, colega do Maranhão — acabar com o salário, a ponto de o salário não representar coisa alguma lá no Nordeste e sei que agora já em toda a parte.

Era preciso que o Governo empreendesse um combate tenaz à inflação, através de duas medidas de pronto e imediato alcance. Uma, fosse a poupança; mas uma poupança verdadeira, uma economia a bem dizer doméstica, para que nós apenas consumíssemos aquilo que fosse essencialmente necessário. E o segundo elemento para este combate à inflação seria inevitavelmente a luta pela produção em que a agricultura realmente pudesse ter aquelas condições mínimas para poder fazer crescer o produto do trabalho agrícola do camponês, do agricultor, do empresário agrícola e que temos esse grande problema afetando a nossa preocupação de homens públicos, e que hoje está também espalhado no seio das populações do interior do País.

Outra questão, Sr. Presidente, diz respeito, porque ouvi falada, e por ela fui procurado para comentar em instrumentos de comunicação, pelo rádio, pelos jornais, pela televisão, é o problema relativo à prorrogação dos mandatos de prefeitos, que, a esta hora, há um fato evidente: há um dispositivo constitucional mandando que se façam as eleições municipais, e há, por outro lado, uma grande onda no sentido de que essas eleições não se façam e de que esses mandatos dos prefeitos municipais sejam prorrogados.

Não entendo, Sr. Presidente, como possamos aqui prorrogar mandatos de alguém. Não temos esse poder constitucionalmente consignado a nossa atividade, a nossa incumbência, a nossa missão, ao nosso dever. Ninguém pode, Sr. Presidente, alterar um mandato simplesmente, quando ele, na Constituição, está com o seu período previsto e determinado.

Dir-se-á, contudo, que é para se fazer a coincidência dos mandatos. Mas, Sr. Presidente, se queremos a coincidência dos mandatos, então, façamos a

coincidência, não com a prorrogação, mas com a eleição, com a eleição por um período sexenal, por um período de 6 anos, para que além, em 1988, já possamos ter todos os disputantes do cargo eletivo em um só pleito, procurando o seu posto, elegendo-se Deputado ou Senador. Mas nunca, Sr. Presidente, com a prorrogação de mandatos, porque até em certos setores e em muitos lugares e em muitos municípios, nós talvez, com o respeito devido, estejamos cooperando e concorrendo para o desrespeito à sacralidade do bem comum.

De modo, Sr. Presidente, que são esses dois assuntos os que mais me impressionaram, nessa visita que fiz ao meu amado Estado de Pernambuco, durante o recesso da Semana da Pátria. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Fagundes.

O SR. ALDO FAGUNDES (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Movimento Político-Militar de 1964 familiarizou a Nação brasileira com algumas expressões sinistras: o AI-5, por exemplo, projetou a sua combra de maneira funesta, a amedrontar um povo. Outra expressão dolorosa é esta "arrocho salarial", pois foi ela a responsável por uma política iníqua e cruel para a classe trabalhadora do País. Ninguém precisa ser técnico em economia para compreender facilmente as agruras dos assalariados no País. Quando os salários se reajustam uma vez por ano e o preço dos gêneros de primeira necessidade aumentam mensalmente, quinzenalmente, semanalmente, diariamente, todos compreendem, sem maior argumentação, as dificuldades trazidas para os trabalhadores no País. Tão grave é o drama vivido pelos assalariados que estão surgindo greves de diversas categorias profissionais, reivindicando um tratamento mais justo, uma remuneração mais condizente com as necessidades dos trabalhadores. O Governo, Sr. Presidente, está pegando o cacoete de ver estas greves reivindicatórias pelo prisma da subversão. Diz o adágio popular que o uso do cachimbo deixa a boca torta. E o Governo se acostumou, de tal modo, com o abúscio representado pelo AI-5, que ainda que alardeie um clima de abertura democrática no País, não se afasta de um todo das medidas excepcionais.

Para nós da Oposição essas greves de caráter reivindicatório tem a sua justificativa nas dificuldades que os assalariados vêm enfrentando. Por isso, não temos negado a nossa cobertura moral e política para as reivindicações dos trabalhadores, dentro deste enfoque de que elas buscam a prática da justiça social.

Os bancários, no Rio Grande do Sul, estiveram em greve, alguns dias. Não houve, ainda, solução para as suas reivindicações. Elas estão sendo examinadas pelos órgãos próprios. Já levamos, aqui, nesta tribuna, nossa palavra aos bancários gaúchos em greve reivindicatória; já fomos à presença do Ministro da Justiça, Senador Petrônio Portella, apelar para a libertação de líderes grevistas arbitrariamente presos.

E, agora, Sr. Presidente, acabamos de receber pelo jornal **Zero Hora**, na sua edição de hoje, a informação dolorosa de que os grevistas, que estão retornando ao trabalho, estão sendo demitidos.

A manchete do jornal é assustadora: 300 bancários já demitidos, com a insinuação clara de que esta prática ditatorial dos banqueiros, arbitrária e injusta, vai ainda continuar.

Vou ler o texto publicado pelo Jornal, que é bastante significativo:

Voltando ao trabalho sem garantias, os bancários grevistas enfrentam agora as demissões em massa. Somente no Bradesco (Banco Brasileiro de Descontos) foram demitidos 280 bancários que participaram do movimento grevista, ontem, no primeiro dia de trabalho depois da greve. Outros bancos estariam completando a listagem dos funcionários que perderão seus empregos, como o Mercapaulo (Mercantil de São Paulo) e o Banco Real. Além do Bradesco, também já estão afastando funcionários os bancos Mercantil do Brasil (14 demitidos ontem) e o Unibanco, que despediu um número ainda impreciso de bancários, segundo levantamento feito ontem pelo comando de greve.

A previsão de integrantes do Comando de Greve e também de advogados do Sindicato dos Bancários, que está sob intervenção, é de que a partir de hoje o número de demissões aumente. Cerca de 60 bancários demitidos procuraram o Sindicato, somente na parte da manhã.

A Bancada da Oposição, Sr. Presidente, já tem analisado, da tribuna que lhe conferiu o povo brasileiro, as conseqüências desastrosas para a política trabalhista, da adoção do FGTS.

Essa medida ensejou uma enorme rotatividade da mão-de-obra; e, sobretudo, para esta categoria profissional, os bancários, o FGTS está sendo instrumento exclusivo de proteção dos banqueiros e dos homens do capital, no Brasil.

Sabe-se que o trabalho bancário está, hoje, inteiramente mecanizado. A rigor, pôde-se, facilmente, dispensar a carreira. E como Brasil é um País de gente moça, com um imenso potencial permanentemente em busca de trabalho, os banqueiros, no uso da proteção que lhe dá o FGTS, realizam uma completa rotatividade da mão-de-obra; daí a facilidade com que demitem os seus servidores.

Ao levantar, pois, a minha voz, nesta hora, protestando contra essa ação desumana, injusta e cruel dos banqueiros, pela demissão maciça de funcionários que apenas reivindicaram uma melhoria salarial, eu também, Sr. Presidente, lanço a minha palavra de crítica a esse instituto de nossa legislação trabalhista, pois é ele, em resumo, que dá amparo a comportamento como esse que estou denunciando agora.

Estou lembrando, neste momento, de um projeto do meu eminente colega de representação do Rio Grande do Sul, e que nesta sessão responde pela Liderança do MDB, o eminente Deputado Odacyr Klein, onde exatamente, por um novo tratamento dado ao FGTS, a Bancada do MDB procura prestar uma contribuição à política trabalhista do País.

A matéria está sob debate. Chamo a atenção dos nobres congressistas brasileiros para que atentem para as distorções que o FGTS está impondo à legislação do trabalho, de tal sorte que encontremos uma solução onde a justiça social possa, afinal, ser praticada entre nós. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 88, de 1979-CN, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 28, de 1979-CN, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

Para leitura da matéria, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Votação, em turno único, da parte vetada do Projeto de Lei nº 13, de 1979-CN, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, tendo

Relatório nº 5, de 1979-CN.

Parte vetada: No parágrafo único do artigo 8º, a referência ao item II do artigo 7º.

A discussão da parte vetada foi encerrada na sessão de 12 do corrente, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

O Sr. Odacyr Klein (MDB — RS) — Peço a palavra, como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Odacyr Klein.

O SR. ODACYR KLEIN (MDB — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O veto exige *quorum* qualificado para a sua apreciação, e nós estamos, nesta sessão do Congresso Nacional, com dois vetos por apreciar, um deles, para nós, muito importante, que é o que trata do Projeto de Lei do nobre Deputado Adhemar Ghisi, que visa assegurar ao dirigente sindical a contagem do tempo de serviço, durante o exercício do seu mandato sindical, aprovado por unanimidade em todas as comissões da Câmara e do Senado, aprovado por unanimidade no Plenário da Câmara, no Plenário do Senado, e vetado integralmente pelo Senhor Presidente da República.

Logicamente, não haverá condições, hoje, nesta sessão, deste veto ser submetido a voto, identicamente ao outro que encontra-se na pauta. No entanto, o Congresso Nacional, até para a sua valorização, tem necessidade de apreciar este veto. Por isso queremos solicitar de V. Exª, queremos solicitar da Mesa do Congresso Nacional, já que o prazo fatal para apreciação desse veto é 28 do corrente mês, que examine a possibilidade da inclusão desta matéria na Ordem do Dia da próxima semana, quando então poderemos ter o *quorum* necessário para que este veto possa ser apreciado e possa, então, haver a votação com o *quorum* regimental.

Era o pedido que desejávamos deixar, aqui, para a Mesa do Congresso Nacional, no sentido de que procuremos nos valorizar, através da apreciação deste veto, para rejeitá-lo, já que a matéria é importante, foi unanimemente aprovada por todas as Comissões da Câmara e do Senado, e por ambos os Plenários. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Devo informar a V. Exª que esse veto já esteve duas vezes em Ordem do Dia. Levarei o apelo de V. Exª à Presidência do Senado, para que seja apreciado. Entretanto, é preciso considerar que, lamentavelmente, são as ausências dos Srs. parlamentares de ambos os partidos que respondem por essa necessidade de estarmos deixando de votar. A culpa, portanto, não é absolutamente da Mesa.

O Sr. Odacir Klein (MDB — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, novamente.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

E preciso deixar claro alguns fatos, Sr. Presidente. A sessão do Congresso Nacional de hoje, à noite, constava na agenda que recebemos no começo do mês como reservada. Ontem, à tarde, a Liderança do MDB recebeu a comunicação de que esse veto entraria na Ordem do Dia da sessão de hoje. Por isso, Sr. Presidente, voltamos a insistir, no sentido de que possa ser colocado,

novamente, na Ordem do Dia esse veto para apreciação numa outra sessão, com prévia antecipação da data marcada, para que possamos, então, movimentar as Bancadas, trazer os parlamentares ao plenário, e votar a matéria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nobre Líder Deputado Odacir Klein, levarei o apelo de V. Exª à Presidência da Casa. Devo, porém, informar a V. Exª que, com a devida antecedência, foi dado conhecimento às lideranças do dia e da hora da sessão de hoje do referido veto.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — A matéria vetada exige *quorum* qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1977 (nº 350/75, na origem), que dá nova redação ao § 2º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata do empregado eleito para o cargo de administração sindical ou representação profissional, vetada totalmente, tendo

RELATÓRIO nº 6, de 1979-CN.

Pelo mesmo motivo do item anterior, fica adiada a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Está circulando o nº 61 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Este número contém as teses e conclusões do 1º Congresso Latino-Americano sobre Meios de Comunicação e Prevenção do Delito, realizado na Colômbia, extensa pesquisa sobre a problemática do menor (*Luiz Otávio de Oliveira Amaral*), o histórico da Emenda Constitucional nº 12/78 e trabalhos doutrinários sobre: a regulamentação do art. 106 da Constituição (*Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*), a arguição de relevância da questão federal (*Iduna W. Abreu*), desenvolvimento do direito autoral (*Antônio Chaves*), o orçamento-programa e suas implicações (*Janes França Martins*), a recente evolução jurisprudencial na interpretação da Lei nº 4.121 (*Arnoldo Wald*), legislação previdenciária (*Sully Alves de Souza*), tributação urbana (*Fides Angélica Ommati*), Lei das S.A. (*Otto Gil e José Reinaldo de Lima Lopes*), o princípio da probidade no Código de Processo Civil (*Alcides de Mendonça Lima*) e o "certiorari" americano e a advocacia no STF (*Igor Tenório*).

A revista, contendo 330 páginas, pode ser obtida ao preço de Cr\$ 30,00, pelo sistema de reembolso postal, dirigido o pedido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*** QUADRO COMPARATIVO ***

Foi lançada a 3ª edição revista e atualizada da Constituição da República Federativa do Brasil — Quadro Comparativo, obra da SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

A publicação apresenta a comparação, dispositivo por dispositivo, do texto constitucional vigente à Constituição do Brasil de 1967 e à Carta de 46, com 123 notas explicativas e índices sistemático e analítico-remissivo.

A obra, com 348 páginas, pode ser obtida pelo reembolso postal ao preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), devendo o pedido ser dirigido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976



PREÇO:
Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00